

# Tributar a riqueza tem efeito reduzido sobre arrecadação

Andréa Háfez  
de São Paulo

Se o objetivo do governo é aumentar a arrecadação, a criação do imposto sobre grandes fortunas não é a solução. O novo tributo poderia servir para fazer uma "média" junto à população de menor poder aquisitivo, mas seriam poucos os valores adicionados aos cofres públicos. Essa é a avaliação feita por alguns tributaristas.

O novo tributo atingiria uma faixa da população que poderia se utilizar de alguns "planejamentos tributários" para minimizar os valores a serem pagos ou até mesmo impedir a incidência do imposto. Uma das saídas, por exemplo, seria a subvalorização do patrimônio. "O governo provavelmente utilizaria como base para a nova tributação os valores informados à Receita Federal nas declarações de Imposto de Renda", diz o sócio-diretor da Arthur Andersen Biedermann, Douglas Lizarelli Nogueira. "E muitos desses dados já estão desatualizados".

Nogueira explica que em 1991, durante o governo Collor, a Receita havia dado a oportunidade aos contribuintes para atualizar os patrimônios, pois com os altos índices de inflação dos anos anteriores os dados estavam ultrapassados. "A maioria preferiu não realizar a operação, já com receio da instituição de um imposto sobre grandes fortunas", lembra. Resultado: muitos ficaram com patrimônio subvalorizado, o que poderia garantir a exclusão da nova medida.

Segundo o sócio-diretor da Arthur Andersen Biedermann, o governo até poderia utilizar outros mecanismos para garantir a arrecadação nesses casos. "O governo recebe informações dos cartórios de registro de imóveis, dos departamentos de trânsito estaduais, fontes que poderiam dar novos dados para verificação de patrimônio", diz. "Mas o custo-benefício de fiscalizar e arrecadar provavelmente não compensaria financeiramente".

Outra forma, segundo ele, de es-

capar da nova tributação seria transferir os bens pessoais para as empresas. "O Brasil ainda tem tradição em empresas familiares, onde a pessoa física e jurídica confunde-se facilmente", afirma Nogueira. "A transferência de bens para empresas não seria tarefa difícil."

A criação do imposto sobre grandes fortunas seria também um estímulo à transferência de bens para os herdeiros. "Dessa forma, o patrimônio poderia ficar diluído e sem tributação", afirma a tributarista Elizabeth Libertuci. Para ela, o novo tributo seria apenas uma medida demagógica.

"Mesmo que não sejam feitos os chamados planejamentos tributários, a base sobre a qual incidiria o imposto não geraria uma arrecadação significativa", afirma. "Para alcançar valores representativos, as alíquotas teriam que tomar uma proporção que poderia transformar o tributo em confisco, o que daria margem a contestação judicial".

A Receita Federal não soube informar quantos contribuintes possuem, atualmente, patrimônio superior a R\$ 2 milhões.

Para conseguir arrecadar mais meio bilhão de reais por mês, sem ferir interesses de quem possui grandes fortunas, bastaria elevar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). No mês de agosto, foram arrecadados R\$ 639,8 milhões com a aplicação da alíquota de 0,2% para a incidência da contribuição. Dobrando a alíquota, o valor arrecadado teria a mesma elevação.

Mas o governo ainda teria que aguardar a aprovação de nova emenda constitucional. "Na emenda que instituiu a CPMF o limite da alíquota é de 0,25%. Para elevar acima deste patamar será preciso uma nova emenda", diz o tributarista Júlio de Oliveira, da Machado Associados. Além do prazo para aprovação no Congresso, a população ainda teria mais um período de noventa dias antes do aumento do tributo.



Douglas Lizarelli Nogueira